



CADERNOS FECOMERCIO

Nº 41 - MARÇO 2008

ECONOMIA BRASILEIRA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Cadernos Fecomercio
Número 41 - Março de 2008

ECONOMIA BRASILEIRA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Iniciativa: Departamento de Economia
Responsável Técnico: Fernanda Della Rosa



Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1674/75
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

www.fecomercio.com.br

e-mail: publicidade@fecomercio.com.br

Presidente:
Abram Szajman

Diretor Executivo
Antonio Carlos Borges

Comunicação Social
Ana Paula Vieira Rogers
e-mail: aprogers@fecomercio.com.br

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

APRESENTAÇÃO

Abram Szajman

Em 2007 o PIB brasileiro completou dois anos de crescimento significativamente superior à média dos últimos 20 anos. Como a economia não experimenta uma seqüência de avanços superiores a 4% ao ano há mais de duas décadas, grande parte das pessoas que integram a força de trabalho na ativa jamais vivenciou uma situação de prosperidade como esta.

Embora ainda distante das necessidades e do potencial do País – e mesmo da média de 7% ao ano, verificada entre 1930 e 1980 – esse desempenho, que tem o mérito adicional de ocorrer numa conjuntura de inflação controlada (novamente abaixo dos 4,5% anuais), pode representar o início do tão sonhado crescimento sustentado, que nos colocaria ao lado de outros países emergentes como China, Índia e Coréia.

O comércio varejista na região metropolitana de São Paulo, acompanhando a boa fase, completou um inédito ciclo de 20 meses de contínuas taxas positivas. Porém, ao contrário do que ocorreu em 2006, quando o aumento da renda esteve na base do estímulo ao consumo, o crédito foi o grande protagonista das vendas, totalizando R\$ 560 bilhões em 2007.

Por trás da explosão do crédito, o verdadeiro sustentáculo desse ciclo aquecido do varejo é o elevado nível de confiança da população, que sente em seu cotidiano os benefícios de um quadro inédito de estabilidade e aceita assumir compromissos financeiros de longo prazo – como os até 100 meses para pagar veículos novos – porque está otimista quanto à manutenção de sua renda e de seu emprego.

Neste exemplar de Cadernos Fecomercio, o leitor encontra o balanço da atividade econômica e do comércio em 2007 e as perspectivas para o futuro. Em 2008, a questão mais relevante será saber se o País está preparado para crescer 5% em média, sem que isso tenha como limite gargalos de infra-estrutura. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – mostrou que o governo está atento a essa questão, mas a ausência de sua execução ao longo de 2007 precisa ser rapidamente revertida, de modo a não frustrar expectativas, inviabilizando investimentos do setor privado.

A fé que o consumidor tem demonstrado precisa ser correspondida por fatos que dependem do governo, como a desoneração tributária e a redução da burocracia e das exigências para a contratação de empregados. Se isso acontecer o Brasil poderá atrair neste ano de 2008 investimentos diretos em proporção ainda maior do que em 2007.

ECONOMIA BRASILEIRA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

CENÁRIO MACROECONÔMICO - 2007

O ano de 2007 pode ter marcado o início de um ciclo mais longo de crescimento, deixando para trás os breves movimentos de crescimento, rapidamente seguidos de períodos de resultados ruins. A economia brasileira não experimenta uma seqüência de crescimento sustentado superior a 4% ao ano em mais de duas décadas, e, grande parte da força de trabalho que hoje está na ativa jamais vivenciou períodos de prosperidade realmente mais consistentes. Esse bom momento é função, de uma conjunção de fatores exógenos e fortuitos positivos com algumas boas notícias internas.

O bom desempenho não ocorre em meio apenas a boas notícias. O país ainda tem reformas de base sérias a fazer, se pretende manter a economia no ritmo de crescimento acima de 5% por períodos longos, como fazem as economias do sudeste asiático (mais especificamente China, Índia, Coréia, Tailândia) que atravessam já uma década de crescimento contínuo. Essas reformas de base seriam necessárias para que o governo revertesse definitivamente a trajetória de crescimento dos seus gastos – notadamente os gastos com custeio – e assim o Brasil atingiria um ajuste fiscal sério, sustentável e de boa qualidade. Basicamente o que se espera para que o país seja um destino de investimentos e um farol de crescimento mundial é uma reforma fiscal que contemple limites severos sobre os gastos públicos e sobre a farra tributária e outra que equacione os problemas previdenciários de um país que começa a envelhecer mais rapidamente.

A questão mais relevante para 2008 e para os anos subseqüentes é: o país está preparado para crescer 5% em média, sem que isso tenha como limites alguns gargalos de infra-estrutura, de produção e pressões de preços através da demanda? Será que não vão faltar energia, produtos em algumas prateleiras? E os portos, aeroportos e estradas, estão preparados para um índice de movimentação maior? Difícilmente uma unidade econômica – seja uma empresa, uma cidade ou um país – cresce aceleradamente sem problemas de percurso, quando as bases para esse crescimento não foram implementadas antecipadamente.

Outra questão que deve permanecer ainda sem resposta definitiva em 2008 é quanto aos efeitos que a mudança de cenário internacional sobre a economia de países emergentes como o Brasil. Apesar da pouca atenção que os analistas dão a essa correlação – a maioria acredita que o cenário para os BRICs é o mesmo independente do tipo de ajuste que venha a ocorrer nos Estados Unidos – o Brasil tem seu desempenho intimamente ligado ao apetite que os investidores internacionais apresentam por nossas oportunidades e riscos e ao ritmo de crescimento do comércio internacional. Um ajuste suave nos Estados Unidos, que não se desenhe sob cortes de liquidez severos, recessão e forte corte de consumo americano que contamine mercados como o da China, por exemplo, pode até mesmo ser uma boa oportunidade para que o Brasil se defina como um dos principais destinos dos investimentos diretos e financeiros do mundo. O país se tornaria, a exemplo do que vem ocorrendo com a China, uma nova fronteira de desenvolvimento sustentável. Ocorrendo um ajuste mais severo nos Estados Unidos, dificilmente outras economias vão passar ao largo, sem problemas.

Adiante alguns comentários sobre os principais campos de análise macroeconômica, divididos por seu desempenho.

Aspectos Positivos em 2007

Comércio Internacional: sem dúvida a relação do Brasil com o resto do mundo continuou a melhorar. O país teve seu risco reduzido, manteve taxas de crescimento de exportações superiores a 15% e passou a importar 26% mais neste ano, principalmente por conta do câmbio apreciado e do aquecimento do consumo interno. Entre 2006 e 2007, o Brasil passou a receber um volume crescente de investimentos diretos e financeiros, que deve tornar o país um dos maiores destinos de recursos do mundo nos próximos anos.

Equilíbrio Fiscal: o país atravessa um período sem precedentes na história econômica recente de manutenção de equilíbrio fiscal. As receitas crescem de forma acelerada, o que tem feito frente ao também forte crescimento das despesas. Sem qualificar mais profundamente as formas de obtenção de um superávit primário, a consciência da real necessidade de equilíbrio das contas públicas é um salto qualitativo fundamental.

Controle Inflacionário: da mesma forma que a manutenção do equilíbrio fiscal, a variável monetária é outra condição sine qua non para a evolução econômica do país. Não existe economia que possa crescer de forma sustentada sem que haja controle da inflação. O sistema de metas inflacionárias tem funcionado bastante bem pelo menos nos 2 últimos anos, apesar de algumas críticas sobre seu caráter conservador. De qualquer maneira o exagero aplicado ao controle inflacionário é ainda menos danoso do que o risco de perda de controle monetário.

PAC: o programa de aceleração do crescimento veio em bom momento. Existe um consenso sobre a necessidade de que o país trabalhe de forma ordenada para alavancar as taxas de crescimento. Mais importante é verificar que o setor público está, pelo menos, sensível a essa necessidade de organizar e dar suporte principalmente a aspectos de infra-estrutura que atualmente são fortes gargalos ao crescimento.

Aspectos Negativos em 2007

Falta de reformas: talvez esse seja o ponto nevrálgico do Brasil. O país ainda não se firmou como candidato efetivo ao bloco de países desenvolvidos basicamente pela ausência de uma política de reformas de base que possam, no caso das reformas micro econômicas, revolucionar o ambiente de negócios, reduzindo a burocracia e elevando fortemente o grau de segurança jurídica. Do lado macroeconômico as reformas devem garantir a sustentabilidade das políticas de equilíbrio fiscal e monetário no longo prazo. São reformas no âmbito fiscal, previdenciário e burocrático. Sem essas reformas, o período de prosperidade não pode se reproduzir por muito tempo.

Aumento dos gastos do governo: outro aspecto negativo bastante evidente em 2007 foi a continuidade do aumento de gastos do governo. Fora o aspecto negativo da baixa produtividade do setor público em relação ao setor privado, o aumento de gastos do governo é,

inequivocamente, acompanhado pelo aumento da arrecadação tributária.

Déficit previdenciário: esse déficit é uma das dimensões do problema fiscal. Por ser uma das maiores contas do setor público a previdência é normalmente analisada de forma isolada das outras contas. Esse problema tem que ser equacionado sob pena do país se ver diante de um dilema sem solução no futuro não tão distante. As populações brasileiras de todas as regiões estão envelhecendo, o que significa que cada vez mais gente estará recebendo aposentadoria e cada vez menos gente estará contribuindo para o fundo desses aposentados. O sistema em si deve ser completamente reformado, com uma regra de transição, mas não há como fazê-lo sem que ocorram perdas de alguns direitos.

Apreciação cambial exagerada: em 2007 o dólar voltou a mostrar as fragilidades da economia americana sob a forma de depreciação. Enquanto a moeda americana perdia valor frente a quase todas as moedas do mundo, o real se tornava cada dia mais robusto e não só frente ao dólar. O problema da apreciação é que ela obedece a uma lógica circular bastante peculiar: além da fragilidade da economia americana, a melhoria do ambiente econômico no Brasil faz com que uma das melhores opções de investimento seja em território nacional, em reais. Capitais acabam migrando de aplicações em outras moedas para aplicações em reais, sejam investimentos financeiros ou diretos. Com entrada forte de moedas de outros países, o câmbio nacional tende mesmo a se apreciar. Claro, o câmbio apreciado é um problema para setores exportadores, mas é efeito justamente da melhoria do ambiente. Muitos setores industriais beiram a inviabilidade por conta dessa perda de competitividade cambial com relação aos produtos importados. Todavia, solucionar esse problema não é fácil, dado que piorar deliberadamente o ambiente de negócios no Brasil não é uma alternativa plausível.

PAC: parece paradoxal o PAC aparecer como um aspecto positivo e também negativo do país nesse ano. Mas é perfeitamente explicável. Ao mesmo tempo em que a apresentação de um programa de aceleração de crescimento, por parte do governo é algo louvável - atesta a preocupação do setor público com aspectos críticos para o desenvolvimento nacional - a ausência de sua execução ao longo de 2007 conforme era esperado começa a reduzir as expectativas com relação à implementação do projeto todo.

ECONOMIA BRASILEIRA – PROJEÇÕES 2008

PIB - Em 2007, o PIB deve crescer quase 5%, completando 2 anos de crescimento significativamente superior à média vista nos últimos 20 anos. O novo arranjo da economia global combinado aos acertos em termos gerais da política macroeconômica proporcionam ao Brasil um ambiente de incremento do crescimento econômico mais duradouro.

As dúvidas mais fortes para 2008 estão ligadas ao desempenho da economia mundial, e esta está intimamente ligada ao desenrolar da crise imobiliária e do setor de crédito americano. A maioria das apostas é de uma desaceleração moderada nos Estados Unidos o que não seria relevante por conta do aquecimento compensatório em economias como Brasil, Rússia, Índia e principalmente China, que hoje é a 4ª economia do mundo. O 4 países do BRIC serão responsáveis por mais de metade do crescimento mundial em 2008, e mesmo com o arrefecimento americano, os preços das commodities deve permanecer em alta por conta da forte demanda mundial esperada para 2008.

Dependendo do quadro dentro dos Estados Unidos e dos efeitos da forte desvalorização do dólar sobre o consumo americano de produtos importados, o Brasil pode até mesmo se beneficiar da crise, se tornando um inequívoco destino de investimentos financeiros e produtivos. O conceito de BRICs, criado pela Goldman Sachs, embute a idéia de países emergentes que podem ser plataformas mundiais de produção, e ao mesmo tempo tenham mercados internos com escala relevante, ou seja, são portos de investimento, oferta e demanda que podem substituir aos poucos a dependência mundial das tradicionais economias desenvolvidas como motor do desempenho global.

Em um cenário de estresse, onde a economia americana tivesse sérios problemas de liquidez interna e caísse em uma recessão prolongada, o crescimento global estaria realmente prejudicado, até mesmo porque o crescimento dos chamados super emergentes depende do consumo de nações desenvolvidas, em particular dos EEUU. Nesse cenário o crescimento no Brasil estaria comprometido já em 2008, porém analistas julgam ser muito pequena a possibilidade dessa hipótese se concretizar.

Inflação – A inflação de 2007, medida pelo IPCA (índice oficial da Metas de Inflação), tende a ficar muito próxima de 3,9%, abaixo do centro da meta que é 4,5%, porém acima dos resultados de 2006, quando fechou em 3,14%. Essa pequena aceleração foi, efetivamente, derivada de pressões localizadas principalmente sobre os preços de alguns alimentos/agrícolas e combustíveis. A análise detida de preços no atacado corrobora essa percepção. Enquanto quase todos os grupos de produtos avaliados no IPA tiveram alta entre 3% e 4%, os produtos agrícolas e insumos subiram entre 15% e 20%. Em alguma medida essas altas no atacado foram transferidas para o IPCA. O efeito ficou mais restrito porque a taxa de câmbio se valorizou ao longo do ano.

Além dos altos preços praticados no atacado, o segmento de Alimentação ainda contou com uma escassez de oferta de trigo na Argentina, que suspendeu a exportação do produto ao Brasil. Na tentativa de suprir a demanda interna foi preciso comercializar o trigo com países não integrantes do Mercosul e a isenção da Tarifa Externa Comum deixou de existir, pressionando

sobremaneira o preço dos Panificados, Massas, dentre outros. Além disso, o bom desempenho das vendas de carnes e do leite no mercado internacional - associado a um período de estiagem em algumas regiões do país - causaram certa pressão nos produtos in natura e em seus derivados. Com isso, o grupo acumula no período de 12 meses alta de 9,30%.

O segmento de Vestuário passou boa parte do primeiro semestre com variações abaixo da média por conta da valorização do real frente ao dólar. Isso permitiu a entrada de mercadorias chinesas cotadas a preços baixos, o que vinha prejudicando a indústria nacional. A iniciativa de aumentar as tarifas de importação para 35%, aliada à entrada da coleção primavera-verão pela coleção outono-inverno, fez com que os preços da atividade retornassem à sua trajetória normal e, com isso, acumulam no período de janeiro a outubro alta de 2,47% e em 12 meses de 4,17%.

O único grupo que sinaliza fechar o ano de 2007 em queda é o de Artigos Residenciais. A atividade é composta por produtos de utilidades domésticas, dentre eles os eletroeletrônicos. A situação cambial pode explicar este tipo de comportamento uma vez que grande parte destes produtos é cotada em dólar ou possui insumos cotados em dólar em sua cadeia produtiva. Há que se considerar também a entrada de mercadoria contrabandeadas e piratas que entram no país com baixíssimo preço e fazem com que os produtos nacionais tornem-se mais competitivos no que tange preços.

Para 2008, as expectativas são de que os preços ao consumidor se mantenham na trajetória deste ano, com crescimento ao redor de 4% a 4,5%. Da mesma forma que a tendência de valorização cambial é menor para 2008 (apesar de que a valorização em 2007 surpreendeu o mercado) não são esperadas novas rodadas de crescimento de preços agrícolas ou mesmo do barril de petróleo como se viu neste ano. Um efeito deve, novamente, compensar o outro.

Tabela 1: Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)

IPCA	Out/2007	Jan – out/07	Acumulado 12 Meses
Geral	0,30	3,30	4,12
Alimentação	0,52	7,76	9,30
Habituação	-0,02	1,17	1,29
Artigos Residenciais	0,10	-1,61	-1,78
Vestuário	0,72	2,47	4,17
Transporte	0,12	0,98	2,04
Saúde	0,49	4,11	3,99
Despesas Pessoais	0,59	5,11	6,30
Educação	0,01	4,09	4,28
Comunicação	0,05	0,69	0,60

Fonte: IBGE Elaboração: Fecomercio

Emprego/desemprego – as taxas de inclusão de novos trabalhadores finalmente superaram o crescimento da população economicamente ativa, dando início a um processo de redução do desemprego. O modesto crescimento de anos anteriores somado à pouca confiança na manutenção de taxas de crescimento elevadas por um período longo de tempo levou a um comportamento conservador de empresários que optaram por não ousar na contratação de mão de obra mesmo nos momentos de aquecimento. Em parte esse comportamento conservador é causado pela legislação trabalhista que impõe tantas restrições na relação entre capital e trabalho que inibe uma flexibilidade maior que permitiria certamente um volume de contratados maior.

Neste ano a taxa de desemprego aberto medida pelo IBGE deve ficar ao redor de 10% em média, inferior aos 11% do ano passado e com tendência de queda para 2008. O diferencial está na perspectiva de continuidade do processo de crescimento econômico. Ainda que se mantenham os risos imputados pela legislação trabalhista, a percepção de que o consumo mundial e interno vai continuar a crescer faz com que se dê um novo impulso firme para investimentos e, portanto, novos empregos.

Juro e Déficit Público – O BCB manteve a trajetória de queda nas taxas de juros ao longo de 2007, o que apesar de trazer poucos reflexos sobre a taxa de juros paga pelo consumidor, reduziu a pressão sobre os gastos do governo, que opera uma dívida pública muito elevada e custosa para uma economia emergente. Com essa redução da Selic que caiu de 13,25% no final de 2006 para 11,25% em 2007, a dívida pública foi reduzida de 44,9% do PIB para 44,4%. O crescimento mais acelerado do PIB também ajudou a reduzir a proporção da dívida pública em relação ao PIB.

A trajetória de queda da dívida pública tem sido contínua pelo menos desde 2005, e deve continuar em 2008, por conta do crescimento do PIB e da manutenção de um superávit primário significativo (cerca de 4% do PIB) que é utilizado para o pagamento de juros, que, por sua vez, não devem manter a mesma curva de redução vista entre o final de 2005 e o final de 2007. O país demanda elevação dos investimentos públicos- que neste ano de 2007 devem ficar em apenas 2,3% do PIB - redução da carga tributária, contenção da dívida interna e mobiliária, buscar superávits fiscais nominais (isto é, incluindo o pagamento de juros) e conter a expansão dos gastos correntes, certamente o requisito mais importante para viabilizar os outros. Esses objetivos são muito complexos de serem atingidos mutuamente pela característica antagônica existente entre aumento de gastos (quais quer que sejam) e simultânea elevação do superávit.

A transição da redução da taxa básica de juros para o consumidor não é um fenômeno automático. Houve sim redução nas taxas de juros aos consumidores, mas, os benefícios mais evidentes desse ambiente favorável que propiciou a queda da Selic foi o aumento do volume de crédito e a dilatação dos prazos. Atualmente já existem crediários para compra de veículos com prazos de 100 meses e para a compra de imóveis 360 meses. Essas condições nunca haviam sido vistas no Brasil, pelo menos dentro da lógica puramente privada de negócios.

Setor Externo – o ano de 2007 foi mais um período muito positivo para a economia brasileira. O Brasil deve terminar o ano exportando mais de US\$ 155 bilhões superando as exportações de 2006 em quase 15%, apesar da valorização cambial. Evidentemente em grande parte esse efeito se deve aos preços que estão favoráveis aos produtos brasileiros.

Mas a valorização cambial não passou sem efeitos pela nossa economia. Além de coibir alguns setores exportadores e impingir a estes segmentos grandes perdas, o real forte foi motor de um aumento mais forte das importações: em 2007 o país deve importar no total cerca de US\$ 115 bilhões, ou seja, um incremento de 25% em relação ao ano passado. É sempre bom ressaltar que o aumento do volume de comércio internacional do Brasil com o resto do mundo vem embalado por um forte crescimento mundial, principalmente de economias como China, Índia e Argentina/Mercosul que têm forte intercâmbio comercial com o Brasil.

No tocante às outras contas o Brasil aproveita uma fase especial para acumular reservas. O Banco Central vai contabilizar até o final do ano reservas internacionais de cerca de US\$ 200 bilhões, um recorde histórico. Esse aumento de reservas se deveu, além do saldo comercial, aos fortes investimentos diretos no país (que devem ultrapassar os US\$ 20 bilhões) e ao ingresso de capitais financeiros em grande volume. Somaram-se a esses fatores as emissões e renegociações de dívidas privadas de empresas nacionais com o exterior. No bojo de tudo isso a apreciação cambial que foi vista ao longo do ano não deveria surpreender.

Para o ano que vem as especulações ainda são de um quadro bastante positivo. Os saldos comerciais, apesar de cadentes, devem ser ainda fortemente positivos. Mas, mais importante é que o país deve entrar definitivamente na rota dos investimentos internacionais como 2ª ou 3ª melhor opção. Existe nos mercados internacionais a percepção de que o Brasil criou as condições para um crescimento de 4% a 5% de forma sustentada. A tendência do país de ser um dos principais portos de investimentos internacionais também se deve ao fraco desempenho de economias como a dos Estados Unidos e da Europa, que por comparação tornam o Brasil uma ótima oportunidade. Há uma possibilidade - nada desprezível - de revisão para cima dos números de crescimento do PIB, por acreditar-se que apetite dos investidores internacionais está sendo subestimado, mas isso depende de uma série muito extensa de fatores que não podem a rigor ser antecipados de forma razoável.

Tabela 2: Economia Brasileira 2007 x Projeção 2008

Projeções	2007*	2008*	
		Min.	Máx.
PIB (crescimento)	4,9%	4%	5%
Agropecuária	6,5%	3%	4%
Indústria	4,1%	4,5%	6%
Serviços/Comércio	4,5%	4%	5%
IPCA	3,9%	4%	4,5%
Desemprego (média do ano)	10%	8,5%	9,5%
Déficit Nominal	1,8%	1%	0,5%
Juro Selic (final do ano)	11,25%	10%	10,5%
Balança Comercial	US\$ 39 bi	US\$ 34	US\$ 36
Exportação	US\$ 155 bi	US\$ 170 bi	US\$ 180 bi
Importação	US\$ 116 bi	US\$ 135 bi	US\$ 150 bi

Fontes: IBGE/ Banco Central/ Fecomercio
* estimativas

PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA - PCCV

DESEMPENHO EM 2007 E PERSPECTIVAS

O comércio varejista na região metropolitana de São Paulo encerrou 2007 com uma taxa de crescimento acumulado de 4,4% em relação ao ano passado, registrando em dezembro um aumento das vendas reais de 4,6% ante o mesmo mês de 2006. Com esse resultado, o varejo da região metropolitana de São Paulo completa um ciclo de 21 meses de crescimento em seu faturamento real.

Os dados apurados confirmaram as previsões quanto ao bom desempenho das vendas de Natal e também a continuidade do bom momento vivido pelas lojas de Materiais de Construção e de Móveis e Decorações, os dois segmentos que obtiveram em dezembro as melhores taxas de crescimento em suas vendas. Isso veio confirmar a ênfase dos consumidores pela melhoria das condições domésticas, fato observado ao longo dos últimos meses, aproveitando o bom momento econômico em termos de estabilidade e oferta de crédito.

Ao mesmo tempo, também os segmentos com sazonalidade elevada no Natal, como as lojas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos e de vestuário, mostraram índices de desempenho bastante positivos, dentro das expectativas que um ano de vendas aquecidas permitiam antever.

Em termos anuais, o melhor resultado de vendas foi registrado pelas lojas de materiais de construção, seguido pelas concessionárias de veículos, que tiveram em 2007 um dos melhores períodos de desempenho de sua história.

Como já observado em análises anteriores, esse tipo de consumo só pode ser viabilizado, basicamente, quando existe cenário de confiança na estabilidade da economia, pois são despesas que exigem um comprometimento financeiro de longo prazo.

Ao mesmo tempo, alavancando essa confiança dos consumidores, dois determinantes do consumo estiveram bastante presentes ao longo de 2007: crédito farto e acessível e elevação da massa real de salários.

Em 2007, o crédito foi o elemento essencial para os resultados da vendas varejistas na RMSP: o volume de concessões para as pessoas físicas ultrapassou R\$ 565 bilhões, 14% a mais do que no ano anterior, o prazo médio dos empréstimos aumentou 20%, passando de 337 dias em 2006 para 405 dias em 2007. Ao mesmo tempo, também os juros anuais cobrados das pessoas físicas mostraram redução de 8 pontos percentuais, passando de 56%, média anual de 2006, para 48% na média de 2007.

Por outro lado, os indicadores de emprego e renda, que alavancaram o movimento de vendas no primeiro semestre do ano passado, apresentaram em 2007 um comportamento modesto, ainda que positivo: a média do rendimento real das pessoas ocupadas na RMSP cresceu 1,8% e a taxa de desemprego caiu apenas 0,4 pontos em 2007, passando de 10,5% para 10,1% na média de 2007. É importante destacar, no entanto, que em dezembro, o IBGE registrou a menor

taxa de desemprego dos últimos anos, de 8%, o que pode ser um sinal bastante alentador para este início de ano. Como resultado dessas variáveis, a massa real de salários, em novembro, mostrou crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2006.

Para 2008, em função das perspectivas de recessão na economia americana e seus possíveis desdobramentos, o crescimento mundial tende a ser um pouco menor do que o atual, o que pode levar, internamente, a uma política monetária mais conservadora do que a atual, levando a manutenção dos juros elevados no ano que vem. Com isso, o cenário mais provável é de que as vendas do comércio não venham a mostrar o mesmo vigor registrado em 2007, devendo crescer numa taxa mais modesta, ao redor de 3%.

DESEMPENHO SETORIAL DO VAREJO EM 2007

LOJAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Em dezembro, as Lojas de Material de Construção registraram o melhor desempenho do faturamento real apurado pela PCCV, com alta de 16% no fechamento do ano e 20,6% no comparativo com o mesmo mês do ano anterior.

O bom desempenho do setor ao longo do ano pode ser explicado pela forte expansão da oferta de crédito, pelo aquecimento do setor imobiliário e pelos bons fundamentos econômicos, fatores esses que vêm agindo de forma direta sobre o ânimo dos consumidores, aspecto determinante para a alavancagem de vendas.

CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS

As Concessionárias de Veículos, continuando o ciclo aquecido de suas vendas dos últimos meses, encerrou 2007 com um crescimento anual de 14,3%, o segundo melhor índice do varejo, atrás apenas das lojas de materiais de construção. Com isso, o setor viveu, nesse ano, um dos seus melhores desempenhos históricos em termos de vendas ao mercado interno.

Sem dúvida, na base desse resultado esteve a grande oferta de crédito disponibilizada para essa modalidade aliada ao alongamento dos prazos e baixo custo dos empréstimos para financiamento de veículos. Ao lado disso, garantiram para esse excelente desempenho a crescente concorrência entre as montadoras, disseminando novas tecnologias e opções de modelos e preços, valendo-se do alto nível de confiança do consumidor. Esse cenário positivo não se restringiu apenas à RMS, o que indicam os indicadores de produção do número de licenciamentos no Brasil, que alcançaram sucessivos recordes.

LOJAS DE MÓVEIS E DECORAÇÕES

O ano termina de forma muito boa para o segmento de Lojas de Móveis e Decorações. O crescimento do faturamento real atingiu 2 dígitos acumulando em 12 meses de 2007 alta de 12,9% em relação a 2006, sendo que na margem a tendência foi de aceleração, tendo crescido 16,3% em dezembro relativamente a dezembro de 2006. Esse setor segue a duas lógicas principais:

- a) o desempenho do setor imobiliário
- b) a evolução do crédito

O desempenho do setor imobiliário foi bom nesse ano, tendo em vista o forte crescimento tanto das vendas quanto dos lançamentos, principalmente na RMSP, que cresceram cerca de 25% tanto em número de unidades quanto em valores vendidos de imóveis. Esse crescimento pode marcar o início de um novo ciclo de prosperidade no segmento, que acaba por influenciar outros setores, como o de móveis e decorações. Novas casas a serem habitadas requerem novos equipamentos, principalmente mobiliário e mesmo as reformas acabam por estimular aqueles que já possuem os equipamentos domésticos a renová-los.

No caso da evolução do crédito pouco precisa ser explicado: não só houve crescimento no volume de crédito para a aquisição de bens de cerca de 20% como também as linhas foram difundidas para aquelas faixas de renda anteriormente não atendidas.

Perspectivas: o cenário mais provável é de uma redução nas taxas de crescimento de crédito e do alongamento dos prazos. Não se espera, todavia, uma piora, mas um ajuste estacionário ao longo de 2008. Os riscos, principalmente para o desempenho de 2008, estão vinculados aos efeitos que a crise financeira nos Estados Unidos pode trazer. Se os ajustes forem lentos e graduais na maior economia do mundo, certamente o cenário se manterá positivo aqui, caso contrário os números terão que ser repensados.

LOJAS DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS

O faturamento real das Lojas de Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos cresceu 10,1% em 2007, descontados os efeitos da inflação. Nesse segmento os dados na margem em dezembro também registraram uma aceleração em relação à média do ano: crescimento do faturamento real de 12,9% na comparação interanual. Como os setores de Móveis e Decorações, Materiais de Construção e Automóveis, esse segmento se beneficiou, ao longo de 2007, da melhoria e aumento dos crediários. Mais dinheiro, mais parcelas, redução de juros e incorporação de novas famílias ao mercado de consumo desses bens.

A demanda por eletroeletrônicos e eletrodomésticos obedece principalmente a dois critérios. O primeiro é a demanda reprimida, daqueles que estavam sem crédito, sem emprego ou com orçamento muito restrito. Para estes o crescimento econômico, o aumento de vagas no mercado de trabalho e o avanço do mercado de créditos foi decisivo. Neste caso se encaixam aqueles consumidores que estão acelerando o mercado de informática, fazendo deste momento uma oportunidade de inserção digital, por exemplo.

Também existem aqueles que, vislumbram acompanhar a tecnologia e/ou modernizar seus equipamentos. O setor é pródigo em novos lançamentos e em manter um ritmo de obsolescência programada que mantém uma certa demanda dependente e cativa de novidades. Aqui estão aqueles consumidores que já detinham computadores, mas precisam de novos aparelhos periféricos, hardwares e equipamentos para que se mantenham atualizados, seja por necessidade competitiva, seja por satisfação pessoal.

A tendência é de que as taxas de crescimento permaneçam positivas, mas em ritmo declinante. Por mais real que seja a obsolescência dos equipamentos eletrônicos, sua vida útil ainda é relativamente elevada e depois de suprida a demanda que estava reprimida, a tendência é se observar um ritmo menor de vendas. O risco do segmento para o médio prazo (2008) também está na dependência do desenrolar da crise internacional.

LOJAS DE VESTUÁRIO, TECIDOS E CALÇADOS

O faturamento real das lojas de Vestuário, Tecidos e Calçados finalizou o mês de dezembro com elevação de 7,5% na comparação interanual de dezembro. Em novembro a atividade havia registrado incremento de 12,2%. No acumulado de 2007 o segmento acumula alta de 9,8%.

Esse setor tem, em dezembro, por conta do Natal, o maior índice de sazonalidade de todo varejo, quando suas vendas tendem a representar quase o dobro da média dos demais meses. É importante também levar em conta que as facilidades em obtenção de crédito e alongamento de prazos tornam-se atrativos em razão da elevação, mesmo que tímida, do rendimento dos consumidores.

Outro fator que possibilitou o bom desempenho das vendas do setor é a valorização do real. Isso porque a entrada de produtos importados favoreceu a queda real em seus preços. Em 2007 o Índice de Preços no Varejo (IPV) acumulou alta de 4,22% no índice geral, enquanto os preços de Vestuário, Tecidos e Calçados apontaram decréscimo de 0,83% no acumulado do mesmo período.

Para janeiro, a expectativa é de que a atividade continue apontando taxas positivas, levemente aquecidas pelas liquidações de verão. Deve-se atentar ao fato de que os primeiros meses do ano são marcados pelo elevado endividamento da população em virtude do pagamento dos tributos e início do ano letivo e compra de materiais escolares, o que pode arrefecer de alguma maneira o desempenho desta atividade.

FARMÁCIAS E PERFUMARIAS

O setor de Farmácias e Perfumarias encerrou o ano com alta de 7,9% no faturamento real em relação a 2006. No comparativo com o mesmo mês do ano passado, o grupo apresenta crescimento de 1,8%.

Em 2007, o desempenho do setor foi impulsionado, principalmente, pela disponibilidade de um novo mix de produtos nas lojas e pela forte expansão da oferta de crédito, principalmente, via utilização de cartões próprios.

Além disso, um fator que merece ser destacado é o crescimento do consumo de medicamentos genéricos em detrimento dos medicamentos tradicionais, principalmente, entre a população de menor poder aquisitivo, colaborando, desta forma, para o aumento das vendas e conseqüentemente do faturamento desta atividade.

LOJAS DE DEPARTAMENTOS

O faturamento real do setor de Lojas de Departamentos registrou queda de 15,0% na

comparação entre dezembro de 2007 ante o mesmo período do ano anterior. Esta foi a maior variação negativa registrada no contraponto de dezembro dentre todas as atividades que compõe a PCCV e a segunda queda consecutiva do segmento (em novembro o segmento havia registrado queda de 4,1%). No acumulado do ano, entretanto, a atividade acumula elevação de 1,4%.

A queda no faturamento real do setor é resultado de um efeito estatístico diante da base de comparação robusta de 2006. Além disso, a concorrência entre as lojas de departamento e as grandes lojas de outros segmentos que vendem a mesma gama de produtos é crescente. Desta maneira, os grandes magazines acabam direcionando suas vendas a um público de menor poder aquisitivo, visando preços reduzidos e margens pequenas. Isso torna a concorrência entre as lojas de departamento e os magazines bastante acirrada.

Outro fator que também favorece um faturamento real inferior na comparação com os anos precedentes é a queda real em que os preços desta atividade se encontram por conta da valorização do real frente ao dólar e do grande volume de produtos importados no comércio. Somente os preços de Eletroeletrônicos recuaram 14,78% no acumulado de 2007.

Para janeiro a atividade deve mostrar desempenho pouco significativo já que grande parte da população encontra-se endividada nos primeiros meses do ano por conta dos impostos e outros vencimentos.

SUPERMERCADOS

O setor de Supermercados, na Região Metropolitana de São Paulo, apresentou em dezembro expansão de 2,1% no faturamento real frente a igual mês de 2006 e queda de 1,5% no acumulado do ano.

O crescimento de 2,1% pode ser atribuído à recuperação do rendimento real médio do trabalhador, que cresceu 1,7%, e à expansão do contingente de ocupados, que aumentou 3,9% na Região Metropolitana de São Paulo, segundo o IBGE.

O desempenho do setor em dezembro, o primeiro deste ano e o segundo melhor mês dos últimos cinco anos – só perdendo para dezembro de 2005 -, decorre essencialmente da recuperação da renda do trabalhador, que cresceu pelo quinto mês consecutivo e representou o maior rendimento médio real de dezembro dos últimos cinco anos.

No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2007, o faturamento real apresentou queda de 1,5%. Este resultado, apesar de negativo, revela a recuperação gradativa que ocorreu a partir de junho pois, nos primeiros cinco meses do ano, o desempenho havia sido negativo, quando comparado com igual mês do ano anterior.

LOJAS DE AUTOPEÇAS E ACESSÓRIOS

As Lojas de Autopeças e Acessórios, conforme indicavam as sucessivas taxas negativas de vendas desde o início do ano, encerrou 2007 como a pior atividade em termos de desempenho, acumulando uma queda de 21,2% em relação ao ano passado.

O setor sofre os reflexos do bom desempenho das Concessionárias, pois mais veículos novos tendem a resultar em menores em revisões e em peças e serviços adquiridos em lojas específicas do setor.

Ao lado disso, há uma grande oferta de produtos importados, em especial da China, provocando quedas excessivas nos preços e reduzindo o volume monetário das vendas do setor. Aliado a isto, há novas estratégias sendo adotadas pelas concessionárias de veículos, que cada vez mais expandem a prestação de serviços de manutenção e venda de peças e acessórios afetando negativamente as lojas de autopeças e acessórios.

Diante desse fraco desempenho ao longo deste ano, é provável que no ano de 2008 a atividade apresente recuperação, embora discreta. Dois motivos podem ser destacados para isso: a base fraca de comparação de 2007 pode, por mero efeito estatístico, resultar em taxas mensais positivas de vendas e, por outro lado, a frota de veículos adquiridas em 2006 e 2007 começarão a entrar em um período de manutenção e reparo de peças e acessórios.

PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR - PEIC

Em dezembro, o nível de endividamento dos consumidores na região metropolitana de São Paulo caiu 6 pontos percentuais em relação ao mês anterior, atingindo 48% dos entrevistados, menor patamar desde o início da série histórica (2004). Em relação ao mesmo mês do ano passado (61%) houve queda de 13 pontos percentuais.

Quando analisada a situação do endividamento por faixa de renda, observa-se que para aqueles que ganham até 3 salários mínimos o nível de endividamento atinge 53%. Entre aqueles que possuem rendimentos de 3 a 10 salários mínimos, o percentual atinge 55%. Já entre os consumidores com rendimentos superiores a 10 salários mínimos o percentual é de 37%.

É natural que com o a proximidade das festividades de final de ano os consumidores procurem realizar o pagamento de contas e dívidas em atraso evitando, assim, possíveis problemas de restrição de crédito para a realização de compras.

O percentual de consumidores endividados com contas em atraso apresentou queda de 2 pontos percentuais em relação ao mês anterior, ficando em 36%. Na comparação com o mesmo mês do ano passado (43%), esse indicador registra queda de 3 pontos percentuais.

Na análise segmentada por renda a situação dos endividados com contas em atraso se agrava entre os consumidores com rendimentos de até 3 salários mínimos, onde o percentual é de 45%. Entre os consumidores com rendimentos de 3 a 10 salários mínimos, o percentual é de 37% e, com relação aos consumidores com renda acima de 10 salários mínimos, percentual é de 23%. É visível que quanto menor o nível de renda, maior o atraso, por conta do comprometimento do orçamento dessas pessoas com gastos de primeira necessidade.

Neste mês, o comprometimento da renda dos consumidores endividados registrou queda de 2 pontos percentuais, passando de 31% em novembro para 29% neste mês. Na análise segmentada por renda, os consumidores com rendimentos de até 3 salários mínimos apresentam

percentual de 33%. Os consumidores com rendimentos de 3 a 10 salários mínimos tem 30% de sua renda comprometida com dívidas. Entre os consumidores com rendimentos superiores a 10 salários mínimos este percentual é de 25%.

A proporção dos consumidores que declararam a intenção de pagar total ou parcialmente suas dívidas em atraso atingiu 76% - elevação de 3 pontos percentuais em relação ao mês anterior. A parcela dos consumidores que informaram que não poderão pagar seus compromissos atingiu 22%, queda de 2 pontos percentuais em relação ao mês anterior.

Quando analisada a intenção de pagamento de contas em atraso por nível de renda não há surpresa: quanto maior a renda, maior é a intenção de pagamento. Dentre aqueles que ganham até 3 salários mínimos, o percentual é de 70%. Para os consumidores que ganham entre 3 e 10 salários mínimos, esse percentual é de 77%. Já para aqueles que ganham mais de 10 salários mínimos, o percentual atinge 91%.

Com relação ao prazo médio de endividamento a maior incidência se verifica no período de 3 meses a 1 ano, atingindo 42%. O restante dividem-se entre os períodos de até 3 meses (26%) e mais de 1 ano (31%). Quando se verifica esse indicador por nível de renda, o mesmo comportamento pode ser observado, ou seja, o prazo de comprometimento da renda situa-se na faixa de 3 meses a 1 ano em maior proporção para aqueles que ganham até 3 salários mínimos. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelo alongamento de prazos ofertados ao consumidor, o que viabilizou suas compras, uma vez que quanto maior o prazo, menor a parcela.

Quando analisado o tempo de atraso das dívidas, constatou-se que para 35% dos consumidores o prazo é de até 30 dias, enquanto que para 32% o prazo é de 30 a 60 dias. Já para 11% o atraso é de 60 a 90 dias e para outros 22%, o tempo de atraso das dívidas é superior a 90 dias. Quanto aos motivos para a inadimplência, a falta de controle financeiro foi apontado por 41% dos consumidores, seguido pelo desemprego (21%). De qualquer maneira a concentração dos atrasos em prazos mais curtos é um bom indicador de que não é o volume total de dívidas não quitadas que se converterá em créditos definitivamente perdidos por parte dos financiadores.

O cartão de crédito continua sendo o grande vilão das dívidas, sendo apontado por 48% dos consumidores como a principal dívida que possui no momento, seguida pelos carnês (18%). Do mesmo modo, quando indagado sobre qual tipo de despesa que mais afetou as dívidas atuais, 16% apontaram os gastos com Alimentação, seguido por Eletrodomésticos (13%) e Vestuário (12%). Se de um lado o aumento do volume de crédito é um bom sinal, de outro há que se analisar as fontes e os custos desse crédito, e, certamente o endividamento via crédito rotativo de cartões ou cheque especial compromete o lado financeiro dos devedores.

No comparativo por sexo, há uma pequena variação de comportamento em relação aos resultados dos indicadores globais. O público masculino está um pouco mais endividado que o feminino: 49% e 48%, respectivamente. Em relação à inadimplência, tanto as mulheres quanto os homens apresentam a mesma variação, ou seja, 36%, respectivamente.

Na análise segmentada por faixa etária, os consumidores com idade inferior a 35 anos mantêm-

se ligeiramente mais endividados (51%) do que os que têm idade superior a 35 anos (45%). No que diz respeito à inadimplência, cerca de 37% dos consumidores com consumidos com até 35 anos encontram-se neste situação, e para aqueles com mais de 35 anos, cerca de 34%.

Como se pode verificar, a PEIC deste mês apresentou uma melhoria em todos os indicadores. Isso pode ser explicado pela entrada de recursos do 13.º salário, uma vez que os consumidores procuram regularizar os seus débitos para realizar compras. O nível de endividamento e o comprometimento da renda registra o menor patamar desde o início da série histórica, o que pode ser um possível indicador de que este Natal pode ser bastante representativo em termos de vendas para o comércio.

Renegociação de dívidas

Em dezembro, cerca de 49% dos entrevistados tentaram renegociar suas dívidas. Dentre as principais dificuldades encontradas estão: credor não admite renegociação (46%) e prazo de pagamento curto (44%).

13.º Salário

Os efeitos do 13.º salário na economia são bastante importantes, e a prova disso está nos resultados obtidos pelo varejo com as vendas de final de ano. O mês de dezembro representa cerca de 11% a 12% do total das vendas no varejo no ano, ou seja, cerca de 30% ou 40% maior do que a média dos outros meses. Certamente em parte esse resultado se deve à injeção dos recursos do 13.º salário.

No que diz respeito ao volume, estima-se que na região metropolitana de São Paulo sejam adicionados, neste ano, cerca de R\$ 6 bilhões e no Brasil algo em torno de R\$ 50 bilhões, volume superior ao do ano passado. Em São Paulo esse volume de dinheiro representa 6% do total do consumo das famílias e essa proporção deve ser mais ou menos a mesma no restante do país, ou seja, valor bastante expressivo.

De acordo com a pesquisa, quando os consumidores são indagados sobre o que pretendem fazer com a primeira parcela do 13.º salário, cerca de 38% responderam que pretendiam quitar suas dívidas. Para 25% dos entrevistados, a intenção é poupar esse recurso. Por fim, cerca de 15% dos entrevistados pretendiam fazer compras.

No que diz respeito ao recebimento da segunda parcela do 13.º salário, cerca de 31% querem realizar compras, 24% poupar e 15% quitar dívidas.

No caso da utilização do 13.º salário para realização de compras, o item que lidera a lista é o de vestuário e calçados (42%), produto típico de vendas no Natal.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR – ICC

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) de dezembro teve variação positiva, sazonalmente esperada: 2,5% de alta contra novembro, atingindo 140 pontos. De outro lado

o indicador subiu cerca de 9,7% em relação ao mesmo período de 2006. O crescimento, nesta época do ano se dá principalmente por dois fatores sazonais principais: o acréscimo de renda via 13º salário e o clima de festas natalinas e confraternizações que acaba por melhorar o humor do consumidor.

Ao avaliar os índices componentes do ICC percebe-se que o Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA) caiu de 150,8 para 145,9 pontos, ou seja, - 3,3%. Já a percepção em relação ao futuro, contemplada pelo Índice das expectativas do Consumidor (IEC) cresceu 7% saltando de 127,4 para 136,3.

A análise segmentada do Índice das Condições Atuais (ICEA) apresenta um quadro absolutamente convergente: todos os itens de segmentação registraram queda da avaliação presente das famílias. No entanto os consumidores com faixa de renda mais alta e com idade acima de 35 anos foram os mais afetados, com variações respectivas de -7,7% e -4,7%, o que espelha os efeitos do aumento de preços principalmente em itens de consumo básico (alimentos) como o feijão. Além disso a manutenção da taxa básica de juros da economia foi amplamente sentido nesta faixa de renda bastante dependente de crédito.

A elevação de 7% no Índice de Expectativa do Consumidor (IEC) foi impulsionada pela alta mais acentuada na faixa de renda com menos de 10 SM, com variação de 8,4%, enquanto aqueles com renda acima de 10 SM apresentaram variação de 4,6%. Isso se explica porque a faixa de renda inferior, formaram a sua avaliação baseada no cenário de fim de ano –ingressos do 13º, queda na inadimplência, criação de empregos temporários.

Apesar da queda no ICEA no mês de dezembro, o consumidor continua mais otimista na situação presente (145,9 pontos contra 136,2 pontos do IEC).

Nos cortes por sexo as diferenças continuam muito pequenas. Algumas variações proporcionais são um pouco diferentes entre homens e mulheres mas, mês após mês, a diferença entre indicadores em termos absolutos tem sido muito pequena. Neste mês o ICC registrou queda de 2,1% para os homens enquanto que para as mulheres alta de 7,4%. Isso fez com que os níveis do indicador ficassem em 142 e 139 pontos para homens e mulheres respectivamente.

No corte por idades, os consumidores com menos de 35 anos estão mais otimistas em dezembro registrando alta de 3,0% (isto fruto das oportunidades de trabalho no fim do ano), os consumidores com idade acima de 35 anos apresentaram alta de 1,6% (134 pontos).

O ICC de dezembro aumentou atingindo o melhor resultado do ano. O ICEA se apresenta negativo enquanto que o IEC e o índice geral mostram altas significativas. O aumento pontual da renda por conta do 13º salário, além do aspecto psicológico que gera nessa época do ano, também favorece o cenário de otimismo, uma vez que contribui para a regularização de dívidas em atraso e para a realização das compras para o Natal.

ÍNDICE DE PREÇOS NO VAREJO – IPV

O Índice de Preços no Varejo (IPV), calculado pela Fecomercio, finalizou o ano de 2007 com

elevação de 4,22%. O mês de dezembro ficou registrado como a maior variação do índice ao longo de todo ano - 0,90% - e também a maior desde abril de 2005, quando o índice acusou alta de 1,18%. Dentre os 21 grupos analisados pelo IPV somente 4 acusaram queda em suas variações em dezembro.

O desempenho das atividades de Supermercados, Açougues, Vestuário, Tecidos e Calçados, Combustíveis e Lubrificantes e Padarias foram os principais responsáveis pela alta do IPV de dezembro. Já os segmentos de Eletroeletrônicos, Feiras e Eletrodomésticos corroboraram para que o índice se mantivesse em patamares menores.

A atividade de Supermercados, que foi a principal responsável pela alta do IPV, finalizou dezembro com alta de 1,48%. Grande parte deste comportamento pode ser atribuída às elevadas cotações dos grãos (trigo, soja e milho) no mercado internacional, em virtude da elevada demanda, e que influenciam nos preços dos panificados, carnes, dentre outros. Derivados do Leite (-0,52%), Legumes (-7,88%) e Leites (-2,39%) acaba por amenizar a pressão altista dos alimentos. As pressões mais significativas ficaram por conta de: Aves (3,83%), Carnes Suínas (4,09%), Pescados (4,82%), Carnes Bovinas (7,33%), Óleos (7,56%) e Cereais (9,53%). No ano o grupo acumula alta de 8,45%.

Já a atividade de Açougues, cuja elevação em dezembro foi 6,82%, mostra os resultados causados pelas cotações do milho e da soja nos mercados internacionais, somados ao bom desempenho das carnes no mercado externo e também pela maior demanda mundial por alimentos. No ano esta atividade acumula a maior variação dentre todos os grupos pesquisados pelo IPV, 20,80%. As principais variações vistas foram em: Aves (5,98%), Carnes Bovinas (6,85%) e Carnes Suínas (9,03%).

A atividade de Vestuário, Tecidos e Calçados acusou a segunda alta consecutiva: 0,83% em dezembro ante os 0,57% vistos em novembro, mas ainda encerra o ano acumulando queda de 0,83% em seus preços. Analisando a série histórica, verifica-se que no ano de 2007 os preços mantiveram-se bem comportados ao longo do ano e isso pode ser atribuído à desvalorização do dólar e da entrada de produtos importados no comércio. Nos dois últimos meses do ano, contando com um maior aquecimento da demanda graças ao décimo terceiro salário e ao Natal, os preços da atividade tentam retornar aos patamares normais novamente. As variações mais relevantes foram: Calçados e Acessórios de Vestuário (1,16%) Roupas Masculinas (1,03%), e Roupas Infantis (0,76%).

O segmento de Combustíveis apontou também sua segunda elevação positiva: 1,27% contra a alta de 1,26% vista em novembro. A atividade finaliza 2007 com variação acumulada de -0,56%. Mesmo com os preços do petróleo elevados no mercado internacional, a valorização do real frente ao dólar conseguiu manter os preços dos combustíveis comportados, em grande medida pela maior participação do álcool no segmento. Combustíveis subiram 1,30% em comparação a novembro e Lubrificantes acusaram alta de 0,59%.

Ao longo do ano passado o grupo Padarias mostrou trajetória de elevação considerável e finalizou o ano com variação acumulada de 13,00%. Em dezembro a elevação registrada foi de 1,07% ante os 0,49% vistos em novembro. Assim como foi verificado no segmento de

Supermercados, a instabilidade do mercado internacional de grãos e derivados animais, mais precisamente do trigo, leite causaram efeitos nocivos nos preços destes bens. Deste modo, os resultados mais relevantes ficam por conta de Outros Produtos (3,61%), Bebidas (0,89%) e Panificados (0,66%).

As atividades de Materiais de Construção e Móveis e Decorações acusaram elevação de 0,91% e 0,43%, respectivamente. Já no acumulado do ano, a atividade de Materiais de Construção foi a mais pressionada, atingindo incremento de 11,51%, enquanto o segmento de Móveis e Decorações registrou elevação mais modesta sob a mesma base de comparação: 1,35%. As vendas de ambos os segmentos encontram-se bastante aquecidas, bem como o setor da construção civil, e isso tende a pressionar os preços dos produtos comercializados nestes estabelecimentos.

Outras atividades que acusaram pressão em seus preços em dezembro foram: Relojoarias (1,75%), Brinquedos (0,70%), Material de Escritório e outros (0,53%), Veículos (0,03%) e Óticas (0,51%).

Na outra ponta, a atividade de Eletroeletrônicos encerrou o ano com forte contribuição para que o IPV não registrasse elevações mais fortes, acumulando queda de 12,78% em 2007 e -1,73% em dezembro. A desvalorização do dólar frente ao real consegue manter os preços da atividade bastante reduzidos e a entrada de produtos importados e piratas no comércio aumentam a competitividade, impulsionando ainda mais a redução nos preços. Além disso, grande parte deste segmento utiliza produtos cotados em dólar em sua cadeia produtiva. As quedas mais relevantes foram em Telefonia (-3,01%), Produtos de Imagem e Som (-1,85%) e Informática (-0,84%).

Por outro lado, o segmento de Feiras apontou queda de 0,89% em dezembro e acumula, no ano, alta de 9,98%. Ao que tudo indica, os preços dos produtos in natura estão retornando à normalidade, favorecidos pelas chuvas que dão condições melhores ao plantio. O comportamento do segmento foi influenciado pelas variações significativas vistas nos preços de Legumes (-3,91%), Verduras (-1,82%) e Tubérculos (-0,17%).

Outros grupos que acusaram queda em suas variações no mês de dezembro foram: Eletrodomésticos (-0,25%) e Floriculturas (-0,64%). No ano estas atividades acumulam -1,06% e 1,84%, respectivamente.

Para o próximo ano, a expectativa é de que os produtos alimentícios continuem influenciando o comportamento do IPV de maneira negativa, entretanto, em proporções inferiores às vistas em 2007 graças ao fim dos problemas de safra por conta da estiagem. Por outro lado, o segmento de Combustíveis pode ser prejudicado, em um futuro próximo, por conta das altas no preço internacional do petróleo e pelo período da entressafra da cana que se aproxima. Já a moeda norte-americana, que continua registrando desvalorização frente ao real, favorece a manutenção dos preços internos baixos em virtude da entrada de produtos importados e não mostra sinais de uma inversão de tendência em um curto prazo. 

PESQUISAS FECOMERCIO

ÚLTIMOS RESULTADOS



PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA NA RMSP

FATURAMENTO REAL

DEZEMBRO DE 2007

GRUPO/ATIVIDADE	dez/2007 nov/2007	dez/2007 dez/2006	Acumulado no ano
COMÉRCIO GERAL	31,6%	4,6%	4,4%
Lojas de Departamentos	28,5%	-15,0%	1,4%
Lojas de Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos	32,5%	12,9%	10,1%
Lojas de Móveis e Decorações	3,1%	16,3%	12,9%
Lojas de Vestuário, Tecidos e Calçados	86,4%	7,5%	9,8%
Supermercados	25,3%	2,1%	-1,5%
Farmácias e Perfumarias	14,4%	1,8%	7,9%
Concessionárias de Veículos	-1,8%	5,4%	14,3%
Lojas de Autopeças e Acessórios	18,0%	-12,3%	-21,2%
Lojas de Material de Construção	5,5%	20,6%	16,0%

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR

DEZEMBRO/2007

Segmentação		ÍNDICE DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS ATUAIS (Situação Presente)		ÍNDICE DE EXPECTATIVAS DO CONSUMIDOR (Situação Futura)		ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR	
		Índice	Variação mensal	Índice	Variação mensal	Índice	Variação mensal
RENDA	Menos de 10SM	143,6	-0,4%	133,2	8,4%	137,4	4,5%
	10SM ou mais	150,5	-7,7%	141,8	4,6%	145,3	-0,9%
SEXO	Homens	147,6	-4,2%	137,2	-0,5%	141,4	-2,1%
	Mulheres	144,3	-2,3%	135,4	15,5%	138,9	7,4%
IDADE	Menos de 35 anos	151,2	-2,3%	139,2	7,2%	144,0	3,0%
	35 anos ou mais	137,0	-4,7%	131,4	6,6%	133,7	1,6%
TOTAL		145,9	-3,3%	136,2	7,0%	140,1	2,5%

fonte: FECOMERCIO

Índice de Preços no Varejo dezembro/2007

Atividade / Grupo	Ponderação	dez/2007 /	dez/2007 /	dez/2007 /
		nov/2007	dez/2006	dez/2006
GERAL	100,00%	0,90%	4,22%	4,22%
- Vestuários, Tecidos e Calçados	13,82%	0,83%	-0,83%	-0,83%
- Combustíveis e Lubrificantes	8,87%	1,27%	-0,56%	-0,56%
- Eletroeletrônicos e outros	2,61%	-1,73%	-12,78%	-12,78%
- Móveis e Decorações	4,59%	0,43%	1,35%	1,35%
- Feiras	2,51%	-0,89%	9,98%	9,98%
- Drogarias e Perfumarias	5,64%	0,03%	2,64%	2,64%
- Relojoarias	0,76%	1,75%	5,39%	5,39%
- Brinquedos	0,85%	0,70%	-0,91%	-0,91%
- Floriculturas	0,19%	-0,64%	1,84%	1,84%
- Óticas	0,80%	0,51%	3,38%	3,38%
- Jornais e Revista	0,46%	0,00%	1,02%	1,02%
- Livraria	0,86%	0,32%	3,44%	3,44%
- Auto-Peças e Acessórios	0,81%	0,09%	-1,43%	-1,43%
- CDs	0,77%	0,13%	-2,01%	-2,01%
- Mat. De Escritório e outros	0,78%	0,53%	3,98%	3,98%
- Eletrodomésticos	2,27%	-0,25%	-1,06%	-1,06%
- Material de Construção	2,87%	0,91%	11,51%	11,51%
- Padarias	4,13%	1,07%	13,00%	13,00%
- Veículos	12,20%	0,03%	2,47%	2,47%
- Açougues	2,20%	6,82%	20,80%	20,80%
- Supermercados	32,02%	1,48%	8,45%	8,45%

Fonte: FECOMERCIO

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor Paulista - dezembro/2007

Questionários válidos: 2166

Nível de Endividamento	TOTAL	ACUM.
Muito endividado	11,9%	11,9%
Mais ou menos endividado	17,3%	29,2%
Pouco endividado	19,3%	48,4%
Não tem dívidas	49,5%	98,0%
Não sabe / não respondeu	2,0%	100,0%
Qual o principal tipo de dívida que você possui nesse momento?		
Cartão de Crédito	48,2%	48,2%
Cheque Especial	6,2%	54,4%
Cheque Pré-datado	2,7%	57,1%
Crédito Consignado	1,2%	58,3%
Crédito Pessoal	10,7%	69,0%
Carnês	18,5%	87,5%
Outras Dívidas	12,1%	99,6%
NS/ NR	0,4%	100,0%
Qual o tipo de despesa que mais afetou nas suas dívidas atuais?		
Eletrodomésticos	12,7%	12,7%
Eletrônicos	8,2%	20,9%
Vestuário	12,4%	33,4%
Supermercados (Alimentação)	15,7%	49,1%
Móveis	6,6%	55,6%
Veículos	9,3%	65,0%
Habitação	11,1%	76,0%
Outros	23,5%	99,5%
NS / NR	0,5%	100,0%
Perfil da dívida		
Até 3 meses	26,1%	26,1%
entre 3 meses e 1 ano	41,9%	67,9%
por mais de 1 ano	31,0%	98,9%
NS/NR	1,1%	100,0%
Grau de Endividamento: % da renda comprometida com dívidas		
Menos de 10%	18,4%	18,4%
de 10% a 30%	37,3%	55,8%
de 31% a 50%	26,1%	81,8%
de 51% a 70%	10,2%	92,0%
Mais de 70%	4,0%	96,0%
Não sabe / não respondeu	4,0%	100,0%

Fonte: FECOMERCIO SP

Tem dívidas em atraso	TOTAL	ACUM.
Sim	35,9%	35,9%
Não	62,8%	98,7%
Não sabe / não respondeu	1,3%	100,0%
Intenção de Quitação de Dívidas		
Sim, totalmente	31,8%	31,8%
Sim, em parte	44,4%	76,3%
Não terá condições de pagar	21,6%	97,9%
Não sabe / não respondeu	2,1%	100,0%
Tempo de atraso das dívidas		
Até 30 dias	34,6%	34,6%
de 30 a 60 dias	31,9%	66,5%
de 60 a 90 dias	11,0%	77,5%
acima de 90 dias	21,8%	99,3%
Não Sabe / Não Respondeu	0,7%	100,0%
Qual o motivo do atraso		
Está desempregado	20,9%	20,9%
Falta de controle financeiro	41,5%	62,4%
Teve que pagar dívidas de outras pessoas	6,4%	68,7%
Esqueceu a data de pagamento	1,1%	69,8%
Gastos inesperados (separação, doença, falecimento, acidentes, etc.)	14,2%	84,0%
Outros	15,6%	99,6%
Não Sabe / Não Respondeu	0,4%	100,0%
Tentou negociar as dívidas?		
Sim	48,6%	48,6%
Não	51,3%	99,9%
NS/NR	0,1%	100,0%
Se sim, qual a principal dificuldade na renegociação?		
Credor não admite renegociação	45,7%	45,7%
Prazos de pagamentos curtos	44,5%	90,2%
Taxas de juros cobradas são muito elevadas:	5,9%	96,1%
Falta de recursos financeiros	3,3%	99,4%
NS/NR	0,6%	100,0%

ANEXO 2

PESQUISAS FECOMERCIO

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA (PCCV)

A Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV) é apurada mensalmente pela Fecomercio desde 1970, tendo sido atualizada periodicamente de forma a se manter moderna e adequada ao perfil do varejo. Os dados são coletados junto a cerca de 1.800 estabelecimentos comerciais na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa tem como objetivo acompanhar e avaliar o desempenho do comércio varejista em seus vários ramos de atividade. Das informações apuradas, são gerados indicadores de faturamento nominal e faturamento real. Os dados da pesquisa auxiliam o empresário varejista na realização de investimentos, priorização de atividades, identificação de tendências do consumidor e do mercado, adequação a novos padrões, redefinição de diretrizes, alteração nos padrões de consumo, inserção no mercado, servindo, assim, como um balizador das suas atividades no curto prazo. Para a indústria auxilia no planejamento da produção, vendas e estoques, orientando a tomada de decisões estratégicas.

PESQUISA DO CONJUNTURAL DO PEQUENO VAREJO (PCPV)

A Pesquisa Conjuntural do Pequeno Varejo (PCPV) é apurada mensalmente pela Fecomercio com dados desde 2004 que são coletados junto a cerca de 600 estabelecimentos comerciais no Estado de São Paulo. A pesquisa tem como objetivo medir o desempenho das micro e pequenas empresas do comércio varejista em seus vários ramos de atividade. Das informações são gerados indicadores de faturamento nominal e faturamento real. Os dados da pesquisa auxiliam o empresário varejista na comparação da evolução do seu negócio em relação as demais empresas do setor, servindo como um balizador das suas atividades no curto prazo. O indicador permite ainda identificar as diferenças de desempenho por porte de empresa, contribuindo para a geração de políticas e/ou estratégias específicas de acordo com o porte e setor de atuação das empresas. Para a indústria auxilia no planejamento da produção, vendas e estoques, orientando a tomada de decisões estratégicas.

PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC)

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é apurada mensalmente pela Fecomercio desde fevereiro de 2004. Os dados são coletados junto a cerca de 1.360 consumidores no município de São Paulo. O objetivo da PEIC é diagnosticar o nível de endividamento e inadimplência do consumidor. Das informações coletadas são apurados importantes indicadores: nível de endividamento, percentual de inadimplentes, intenção de pagar dívidas em atraso e nível de comprometimento da renda. Tais indicadores são observados considerando-se três faixas de rendas, duas faixas de idade, distinguindo-se entre homens e

mulheres. A pesquisa permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação à capacidade de pagamento, fatores fundamentais para o processo de decisão dos empresários do comércio e demais agentes econômicos.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR (ICC)

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) é apurado mensalmente pela Fecomercio desde 1994. Os dados são coletados junto a cerca de 2.100 consumidores no município de São Paulo. O objetivo da pesquisa é identificar o sentimento dos consumidores levando em conta suas condições econômicas atuais e suas expectativas quanto à situação econômica futura.

Os dados são segmentados por nível de renda, sexo e idade. O ICC varia de 0 (pessimismo total) a 200 (otimismo total). Sua composição, além do índice geral, apresenta-se em: Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA) e Índice das Expectativas do Consumidor (IEC). Os dados da pesquisa servem como um balizador para decisões de investimento e formação de estoques por parte dos varejistas, bem como para outros tipos de investimento das empresas.

A metodologia do ICC foi desenvolvida com base no Consumer Confidence Index, índice norte-americano que surgiu em 1950 na Universidade de Michigan. No início da década de 90, a equipe econômica da Fecomercio adaptou a metodologia da pesquisa norte-americana à realidade brasileira. Atualmente, o índice da Federação é usado como referência nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), responsável pela definição da taxa de juros no país, a exemplo do que ocorre com o aproveitamento do CCI pelo Banco Central Americano.

ÍNDICE DE PREÇOS NO VAREJO (IPV)

O Índice de Preços no Varejo (IPV) é apurado mensalmente pela Fecomercio desde 1992, tendo sido atualizado periodicamente de forma a se manter moderno e adequado ao perfil do varejo. Os dados são coletados junto a cerca de 2.000 estabelecimentos comerciais no município de São Paulo, contemplando 21 segmentos varejistas e 450 subitens pesquisados. A pesquisa conta com uma amostra mensal de aproximadamente 105 mil tomadas de preços. O indicador tem como objetivo acompanhar as variações relativas de preços praticados no comércio varejista em seus vários ramos de atividade. Os resultados obtidos, de forma bastante ampla e precisa, são úteis para o acompanhamento da variação de preços ao longo do tempo em diferentes setores do varejo, além de permitir a análise da evolução dos custos ao consumidor de acordo com o tipo específico de consumo. Permite também à indústria conhecer a evolução dos preços praticados no varejo, auxiliando na determinação de margens adequadas para a formação do preço de venda.

APOIO



Ordem dos Economistas do Brasil
Cultura e Utilidade Pública

- 1) Risco soberano da dívida: componentes, efeitos e tendências
- 2) Crédito para as micro e pequenas empresas
- 3) Índice de preços no Brasil
 - Extra – Economia: balanços e perspectivas – uma análise do comércio varejista
- 4) Agenda 2007 – Metas e meios para o alcance da prosperidade
- 5) Um estudo sobre o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- 6) Índices de Preços no Brasil – Um estudo sobre o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: IPCA - IBGE
- 7) O mercado de trabalho diante do século 21
- 8) Economia brasileira: balanço e perspectivas
- 9) Normativa internacional em serviços
- 10) Salário mínimo – estudos e propostas
- 11) Simplificando o Brasil – Tributação e gastos públicos
- 12) Simplificando o Brasil – Previdência e trabalho
- 13) Simplificando o Brasil – Burocracia e propensão a investir
- 14) Simplificando o Brasil – O agronegócio
- 15) Economia brasileira: balanço e perspectivas
- 16) Simplificando o Brasil – Sistema financeiro
- 17) Inserindo o Brasil no Mundo – Comércio, investimento e tecnologia
- 18) Inserindo o Brasil no Mundo – Modelos, aliados e parceiros: que lugar ocupar no mundo?
- 19) Reforma trabalhista – o que pode ser feito?
- 20) Inserindo o Brasil no Mundo – A reestruturação do trabalho no mundo
- 21) A carga tributária no Brasil – sua evolução e impacto nos preços
- 22) Inserindo o Brasil no Mundo – Unilateralismo, bilateralismo, regionalismo ou multilateralismo – que instrumentos nos convêm?
- 23) O outro PAC
- 24) Política cambial e o crescimento econômico
- 25) CPMF: o provisório desvirtuado
- 26) Reforma política
- 27) Aspectos da Emenda 3
- 28) A execução fiscal sem o judiciário
- 29) O Brasil e a América do Sul: convergência ou caos?
- 30) Mercosul e União Européia: revisitando o comércio de serviços
- 31) Análise do setor energético brasileiro
- 32) Poluição Global
- 33) 180 anos dos cursos jurídicos no Brasil
- 34) Poluição local e regional
- 35) O Andamento do PAC: Intenções X Realidade
- 36) A Questão Previdenciária
- 37) Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos
- 38) Brasil: Político e Ético
- 39) SUPER SIMPLES: A Obrigatoriedade da Contribuição Sindical Patronal
- 40) Negociações Trabalhistas e Inclusão Social
- 41) Economia Brasileira: Balanço e Perspectivas